Supremo Tribunal de Justiça
Processo nº 20790/20.3T8LSB.L1.S2

Relator: JÚLIO GOMES

Sessão: 01 Junho 2022

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: REVISTA EXCEPCIONAL

Decisão: NÃO ADMITIDA A REVISTA.

REVISTA EXCEPCIONAL

Sumário

I- A questão da determinação do montante da retribuição durante as férias dos trabalhadores em situação de redução ou suspensão do contrato de trabalho não é inédita e não tem suscitado especial debate doutrinal ou jurisprudencial que torne claramente necessária a intervenção deste Tribunal para uma melhor aplicação do direito.

II- Não causa um particular alarme social ou falta de confiança na justiça o facto de as instâncias terem decidido que “ao trabalhador cujas férias sejam antecedidas pela situação excepcional de redução do período normal de trabalho – nomeadamente por força do regime do Lay off simplificado decorrente da prescrição efetuada no DL 10-G/2020 de 26/03 – é devida, a título de retribuição do período de férias, a de valor equivalente à da retribuição reduzida ou seja, a retribuição seguirá o regime de retribuição que estiver a ser praticado por força da redução do tempo de trabalho”

Texto Integral

Processo n.º 20790/20.3T8LSB.L1.S1

Acordam na Formação prevista pelo artigo 672.º, n.º 3 do CPC junto da Secção Social do Supremo Tribunal de Justiça,

SITAVA – Sindicato dos Trabalhadores de Aviação e Aeroportos veio interpor recurso de revista excecional relativamente a um segmento do Acórdão recorrido, que identifica como a questão A das questões decididas pelo Acórdão recorrido, respeitante à determinação do montante da retribuição durante as férias dos trabalhadores em situação de redução ou suspensão do contrato de trabalho.

Invoca, para o efeito, as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 672.º do CPC e fundamenta a sua pretensão afirmando o seguinte:

“A matéria em causa nos presentes autos - aqui se dando por reproduzidos os factos provados - nos termos do art. 672.º, n.º 1, alínea b), do C.P.C, é relativa a interesses de particular relevância social.

Por um lado, está em causa a aplicação do direito fundamental à “retribuição do trabalho”, previsto no art. 59º, nº 1, alínea a) da Constituição da República Portuguesa (CRP), e também o direito a “*férias periódicas pagas*”, previsto na alínea d), da mesma norma.

Há que atender ao facto de as questões *sub judice* serem relativas a direitos com expressão na generalidade da população a quem é aplicável do Código do Trabalho.

Nas palavras do douto acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 14/10/2010, proferido no âmbito do processo nº 3959/09.9TBOER.L1.S1 (www.dgsi.pt), trata-se de caso “*em que há um invulgar impacto na situação da vida que a norma ou normas jurídicas em apreço visam regular*”, e em que existe “*um interesse comunitário que, pela sua particular importância*” pode levar, “*por si só, à admissão da revista por os interesses em jogo ultrapassarem significativamente os limites do caso concreto.*”

Pelas mesmas razões, nos presentes autos estão em causa questões cuja apreciação, pela sua relevância jurídica, é claramente necessária para uma melhor aplicação do direito, verificando-se assim o pressuposto do referido art. 672º, nº 1, alínea a), do CPC.

Pelo que, na parte do douto acórdão relativa à retribuição das férias gozadas em Lay-off - apreciação do recurso de apelação do Autor - verificam-se os pressupostos de recorribilidade previstos no nº 1, alíneas a) e b), do art. 672º do C.P.C. devendo o presente recurso ser admitido considerando esse pressuposto, inerente à **revista excecional**”.

E idêntica fundamentação se encontra nas Conclusões 1.^a a 15.^a do recurso de revista.

O Recorrido contra-alegou, sustentando, quanto a este segmento do recurso que a revista excecional não deveria ser admitida.

Cumpré apreciar.

A revista excecional é, como o seu próprio nome já indica, uma revista que não se deve vulgarizar ou banalizar.

O Recorrente invoca, como fundamento da revista excecional, duas das alíneas, a alínea a) e a alínea b), do n.º 1 do artigo 672.º do CPC.

A alínea a) exige que “esteja em causa uma questão cuja apreciação, pela sua relevância jurídica, seja claramente necessária para uma melhor aplicação do direito”. A letra da norma é patentemente restritiva: há-se tratar-se de uma situação em que a intervenção do Supremo Tribunal de Justiça seja “claramente necessária”. Ora não se vislumbra razão no caso concreto para que tal suceda. Como o Recorrido observa, nas suas contra-alegações, a questão revela-se pacífica e não tem suscitado controvérsia doutrinal ou jurisprudencial. A questão não é inédita, nem se revela particularmente complexa.

A alínea b) do n.º 1 do artigo 672.º, por seu turno, exige que “estejam em causa interesses de particular relevância social”. Mais uma vez a fórmula legal é restritiva, exigindo não apenas relevância social, mas “particular” relevância social. A mera circunstância de estarem em jogo direitos constitucionalmente protegidos, como o direito à retribuição e o direito a férias, não é suficiente para ser necessária, ao abrigo desta alínea, a intervenção deste Tribunal. Com efeito, não se vê que cause um particular alarme social ou falta de confiança na justiça o facto de as instâncias terem decidido que “ao trabalhador cujas férias sejam antecedidas pela situação excecional de redução do período normal de trabalho - nomeadamente por força do regime do Lay off simplificado decorrente da prescrição efetuada no DL 10-G/2020 de 26/03 - é devida, a título de retribuição do período de férias, a de valor equivalente à da retribuição reduzida ou seja, a retribuição seguirá o regime de retribuição que estiver a ser praticado por força da redução do tempo de trabalho”. Como o Tribunal da Relação refere, a lei pode tratar diferentemente o montante da retribuição propriamente dito e o montante do subsídio de férias e a redução

da retribuição durante as férias, dentro de certos limites, é coerente com a teleologia da suspensão ou lay-off.

Em consequência, não se admitindo o presente recurso de revista excepcional, deverá ser conhecida a parte remanescente, relativamente à qual não existe dupla conformidade, devendo os autos ser enviados ao Relator.

Não se admite a presente revista excepcional.

Sem custas pelo Recorrente, por delas estar isento.

Lisboa, 1 de junho de 2022

Júlio Gomes (Relator)

Ramalho Pinto

Mário Belo Morgado